



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007214-54.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Reintegração / Manutenção de Posse - Coisas**
 Requerente: **RIO DE JANEIRO REFRESCOS LTDA**
 Requerido: **RONEI EDUARDO PELLA ME**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Rio de Janeiro Refrescos Ltda moveu ação de reintegração de posse c.c. indenização por perdas e danos em face de **Ronei Eduardo Pella Me**. Aduz que firmou contrato de comodato com a requerida, emprestando-lhe uma exibidora de bebidas. Ocorre que ela foi notificada para devolução em 24h, quedando-se inerte. Assim, pleiteou a devolução e uma indenização por conta do indevido uso.

Deferimento da liminar à fl. 59, cumprida às fls. 67/69, em 04/09/2015.

Em contestação, a requerida afirma que não houve mora e que o comodato era gratuito. Aduziu que a expositora estava instalada em um endereço, sendo mudada para outro no qual o vendedor da autora sempre aportava e, assim, tinha ela conhecimento da ocorrência. Ainda, disse que a notificação foi encaminhada a endereço indevido, o que corrobora a tese de ausência de mora.

Réplica às fls. 126/131.

Instadas, as partes não se manifestaram sobre provas.

É o relatório.

Fundamento e decidido.

De início, descumprida a determinação de fl. 132, indefiro a gratuidade ao requerido, anotando-se.

Cabível o julgamento antecipado da lide nos termos do artigo 355, inciso I, do Novo Código de Processo Civil, uma vez que a matéria discutida já está devidamente demonstrada nos autos.

Não há dúvidas de que o equipamento pertence à autora, o que se percebe pela nota de fl. 44, além da confissão quanto ao comodato, em contestação.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Também não se diga que a requerida cumpriu devidamente a avença visto que, sem autorização, mudou o local em que o equipamento se encontrava instalado – vide a certidão do oficial de justiça de fl. 67 – o que, por si só, já configura descumprimento, sendo o bem apreendido em endereço diverso. Sobre o tema vejam-se as cláusulas do contrato, destacadas às fls. 128/129.

Também não se diga que não houve mora por ter a notificação para a devolução sido encaminhada a endereço indevido. Como se percebe à fl. 44, o equipamento se destinava a "Ronei Eduardo Pella ME", sendo ela encaminhada a um endereço do titular da firma, como se percebe pela certidão de fl. 67. Ademais, simples leitura dessa certidão evidencia a mudança de endereço do equipamento sem aviso da autora e, assim, pouco importa para onde pudesse ser enviada a missiva, já que a responsabilidade por descumprimento contratual já era, em sua integralidade, da firma requerida. Isso também se percebe pelas cláusulas do comodato destacadas às fls. 128/129, extremamente comuns em contratos semelhantes, nos quais se cede a expositora de bebidas.

Sendo evidente o descumprimento contratual e a mora, aplicável a regra do artigo 582, do CC e, assim, as perdas e danos devem ser indenizadas.

Desnecessário que se envie as partes para outro procedimento anterior ao pagamento. Assim, considerando a nota de fl. 44, que aponta o valor do bem em R\$2.088,02, isso em fevereiro de 2010, e o tempo de uso indevido da expositora – de março de 2015 (fl. 47) até o cumprimento da liminar de reintegração em setembro de 2015 (fl. 67) -, razoável a quantia de R\$1.000,00, que ora fixo.

Diante do exposto, e do mais que nos autos consta, **JULGO PROCEDENTES OS PEDIDOS**, nos termos do art. 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil, e o faço tornar definitiva a liminar de fl. 59, garantindo a posse do equipamento à autora, bem como para condenar a parte requerida a pagar indenização por perdas e danos no importe de R\$1.000,00 à autora.

Considerando que o fator tempo já foi levado em conta para a fixação do *quantum*, o valor deve ser corrigido monetariamente e com juros moratórios da data de publicação desta sentença.

Anote-se o indeferimento da gratuidade à firma requerida.

Condeno a requerida ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios que fixo 10% do valor da condenação, atualizado.

P. I. C.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL
Juiz de Direito
(assinado digitalmente)

São Carlos, 17 de outubro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**